



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no [site da 7ª CCR](#) e na [Intranet](#)

**Quarta-feira
(04/04)**

Manchetes

A Crítica: Réus de massacre no Compaj serão julgados por colegiado de três juízes 'sem rosto'

O Paraná: Base instalada em Cascavel abastecia facção criminosa do PCC

Diário do Vale: Rio tem 800 comunidades sob controle do crime organizado

O Globo: Segurança pública terá verbas carimbadas, diz Jungmann

Síntese das principais notícias

Controle Externo

Desafio para intervenção: O **Globo** noticia que, ao mesmo tempo em que o crescente número na violência do Rio de Janeiro explica a intervenção na segurança, também representa um desafio para a equipe do general Braga Netto, pois reflete cruamente a gravidade da situação. As estatísticas evidenciam que os crimes que mais crescem são justamente aqueles que afetam a sensação de segurança da população, como roubos de celular (2.157 casos em fevereiro) e em coletivo (1.016). Uma pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Datafolha mostra que 76% dos cariocas apoiam a intervenção. Porém, a confiança num resultado positivo diminui à medida que o tempo passa, e a violência não cede.

Verbas carimbadas: O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, informou nesta terça-feira que o governo vai baixar, até semana que vem, uma medida provisória seguida por decretos e projetos de lei assegurando para a Segurança verbas carimbadas, que não poderão ser contingenciadas no orçamento. Segundo o ministro, pela primeira vez o setor terá recursos previsíveis, não apenas em 2018, mas também nos anos seguintes. Jungmann disse que os valores ainda estão sendo fechados pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento. A ideia, segundo ele, é só repassar esses recursos aos estados que se comprometerem com um conjunto de metas de redução de homicídios e outros



indicadores de criminalidade. Notícia do **O Globo**.

Crime organizado: O ministro extraordinário da Segurança Pública, Raul Jungmann, disse que o Brasil e o Rio de Janeiro precisam discutir a segurança para encontrar saída no combate à violência que hoje, em grande medida, “causa medo, desassossego e gera intranquilidade” nos brasileiros e cariocas. O ministro se mostrou mais uma vez preocupado com a influência do crime organizado nas escolhas das eleições. “Preocupa muito porque o Rio tem, aproximadamente, 800 comunidades que vivem, infelizmente, sob o controle do crime organizado, do tráfico de drogas ou das milícias. Isso representa que, quem tem o controle do território, tem o controle do voto, e se tem o controle do voto, pode eleger inclusive os seus representantes e seus aliados”, disse o ministro. Notícia do **Diário do Vale**.

“Lógica do confronto”: **UOL** noticia que ao menos 15 pessoas foram assassinadas por dia no Rio de Janeiro nos dois primeiros meses deste ano. É o que mostra o último relatório do ISP (Instituto de Segurança Pública do RJ), divulgado na segunda-feira (2). O dado abrange homicídios dolosos, quando há intenção de matar. Foram, no total, 906 ocorrências nas delegacias da Polícia Civil fluminense em janeiro e fevereiro deste ano. No primeiro bimestre de 2017, o ISP havia verificado 982 registros quanto ao mesmo indicador. Apesar de uma leve queda (7,7%) em relação ao ano anterior, os números indicam que a situação do Rio permanece caótica, segundo especialistas. Na avaliação do doutor em Ciência Polícia João Trajano Sento-Sé, um dos coordenadores do LAV (Laboratório de Análise da Violência), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com a falência do projeto das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora), o Estado voltou a focar na “lógica do confronto”, o que, consequentemente, elevou não só o número de vítimas civis, mas também de policiais.

Inspeção na CORE: O Gabinete de Intervenção Federal (GIF) realiza, na manhã desta quarta-feira (4), uma operação na Coordenadoria de Recursos Especiais (Core). O chefe do gabinete, general Mauro Sinott, foi recebido pelo coordenador da unidade, delegado Rodrigo Oliveira, na Cidade da Polícia. No fim do mês passado, os militares do comando da intervenção federal fizeram uma inspeção no Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope), em Laranjeiras, na Zona Sul do Rio. A visita faz parte do programa de



inspeção destinado a fazer um diagnóstico das unidades de segurança e, em seguida, encontrar soluções para aumentar a capacidade operativa de cada uma delas. Notícia do **G1**.

Sistema Prisional

Revezamento para dormir: **O Povo** noticia que a Justiça determinou a interdição de celas da Delegacia de Polícia do município de Pedra Branca, a 268 km de Fortaleza. Segundo petição do Ministério Público Estadual, a superlotação chegou ao ponto de os presos ali mantidos precisarem fazer revezamento para dormir. A interdição foi determinada em liminar pelo juiz Adriano Ribeiro, que está respondendo pelo 2º Juizado Auxiliar da 3ª Zona Judiciária. O magistrado deu prazo de cinco dias úteis para o Estado transferir todos os detentos para presídios de Juazeiro do Norte ou Região Metropolitana de Fortaleza. A multa por descumprimento é de R\$ 5 mil por dia de atraso.

Base do PCC: Uma investigação desencadeada há quatro meses pela Polícia Federal de Cascavel (PR) resultou na “derrubada” de parte da base do PCC (Primeiro Comando da Capital), associação criminosa que atua, fundamentalmente, em São Paulo. Foram 19 prisões decretadas, destas, 13 foram cumpridas, além de 26 mandados de busca e apreensão e três flagrantes por tráfico de drogas e uso de documento falso. Drogas e munições foram recolhidas. De acordo com o delegado-chefe da Polícia Federal em Cascavel, Marco Smith, foram encontradas placas pichadas com os números referentes às letras da sigla da facção, com intenção de colocar bandeiras do PCC em alguns pontos da fronteira do Estado. Notícia do **O Paraná**.

Saidão de páscoa: **Agência Brasília** noticia que, dos 1.063 detentos liberados para a saída temporária da Páscoa 2018, 17 não voltaram às unidades prisionais no período previsto. Quem não retornou é considerado foragido. Eles representam 1,6% do total. Os presos cumprem penas em regime semiaberto e foram autorizados pela Vara de Execução Penal a estar com os familiares de 29 de março a 2 de abril. Quando capturados, os que não se apresentaram podem perder direito ao regime semiaberto e responder a inquérito disciplinar. O chamado saidão é concedido aos detentos que tenham sido beneficiados com autorização para saídas temporárias.



Juízes sem rosto: Os 213 réus do “Massacre do Compaj” vão ser julgados por um colegiado formado por três juízes, os chamados “juízes sem rosto”, introduzidos no ordenamento jurídico pela lei federal 12.694/2012 com objetivo de trazer mais segurança à vida dos magistrados que julgam casos que envolvam organizações criminosas. A lei federal, conhecida mesmo como “Lei do Juiz Sem Rosto”, possibilita aos magistrados proferirem decisões, de modo que não seja revelado qual deles veio a definir o desfecho dos casos. No Tribunal de Justiça do Amazonas (TJ-AM) é a primeira vez que ela é usada. Notícia do **A Crítica**.

Notícias correlatas de interesse

Posição do Exército: Estadão informa que o comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, deixou claro, depois da forte repercussão da sua manifestação pelas redes sociais, que a sua fala “expressa a posição do Alto Comando do Exército”. Ele também fez a ressalva de que essa fala é “exclusivamente a da força”. O Alto Comando reúne os generais de Exército, que têm quatro estrelas e são do topo da hierarquia militar. Em manifestação política, pelo *Twitter*, Villas Bôas disse que o Exército “julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à Democracia”. O general afirmou também que o Exército “se mantém atento às suas missões”, o que, segundo os generais, foi uma reafirmação de que a força não sairá de seus limites constitucionais.

Sem insinuações: O Globo noticia que o general Santos Cruz, secretário-executivo do Ministério da Segurança Pública, disse que os alertas feitos em rede social na última terça-feira (3) pelo comandante do Exército, general Villas Bôas, são “um alerta válido e coerente com o momento social nosso” que não sugerem qualquer tipo de intervenção ou ameaça de levante militar no país.